

MARCOS NAPOLITANO

1964

HISTÓRIA DO
REGIME MILITAR
BRASILEIRO



Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra,
com o qual não necessariamente concorda. O Autor conhece os fatos narrados,
pelos quais é responsável, assim como se responsabiliza pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em www.editoracontexto.com.br.



editoracontexto

Copyright © 2014 do Autor

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Montagem de capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos
Daniela Marini Iwamoto

Revisão
Fernanda Guerriero Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Napolitano, Marcos
1964 : História do Regime Militar Brasileiro /
Marcos Napolitano. – 1. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo :
Contexto, 2018.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7244-826-0

1. Brasil – História – 1964-1985 I. Título.

13-12843 CDD-981.08

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Regime militar : 1964-1985 : História 981.08

2018

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: Jaime Pinsky

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Utopia e agonia do governo Jango.....	13
O carnaval das direitas: o golpe civil-militar.....	43
O mito da “ditabranda”.....	69
No entanto é preciso cantar: a cultura entre 1964 e 1968.....	97
“O martelo de matar moscas”: os anos de chumbo.....	119
Nunca fomos tão felizes: o milagre econômico e seus limites.....	147
“A primavera nos dentes”: a vida cultural sob o AI-5.....	173
Letras em rebeldia: intelectuais, jornalistas e escritores de oposição.....	205
“A democracia relativa”: os anos Geisel.....	229
A sociedade contra o Estado.....	255
Tempos de caos e esperança.....	281
A ditadura entre a memória e a história.....	313
Notas.....	335
O autor.....	367

foi o auge da pressão contra o acordo nuclear e contra a violação dos direitos humanos.³⁸⁶

Para constranger ainda mais o governo brasileiro, o relatório do Congresso norte-americano sobre a questão colocou em risco até as linhas de financiamento internacionais.³⁸⁷ Como reação a essa pressão, o Brasil rompeu o acordo militar com os EUA, datado de 1952.

O governo Geisel não se deu por vencido, apesar das pressões. No máximo, controlou seu porão. As perspectivas para a democracia no ano de 1976 não eram promissoras e apontavam para um refluxo na tímida distensão. Em junho, o Congresso acuado aprovou a Lei Falcão, mesmo sob boicote do MDB, que restringia a propaganda política na mídia, permitindo apenas a foto e um breve currículo do candidato. Apesar das pressões, o governo parecia ter controle do roteiro de sua sonhada institucionalização do modelo político autoritário, propondo uma abertura mais lenta e gradual do que segura, posto que o próprio governo parecia recuar das suas promessas de liberalização, cedendo espaço à pura repressão policial. Mas novos atores entrariam em cena.

A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO

Ao longo de 1976, o Governo Federal parecia retomar o controle do ambiente político, ao menos sob o ponto de vista institucional. A “comunidade de segurança”, a contragosto, ficou menos ousada depois da demissão do general Ednardo D’Ávila Mello do comando do II Exército. A Lei Falcão tinha esvaziado o debate potencial que poderia marcar as eleições municipais de 1976. As vozes da sociedade civil, embora cada vez mais críticas ao regime, pareciam aceitar o ritmo e as vicissitudes da abertura oficial. Os movimentos sociais ainda não tinham saído às ruas, atuando discretamente nos bairros através de inúmeras formas de organização capilar.

A modorrenta campanha eleitoral na TV, reduzida à exposição de fotos dos candidatos e a leitura, em voz *off*, do seu currículo e dados eleitorais, tinha dado certo resultado. A Arena havia se recuperado

da derrota eleitoral de 1974, elegendo quase 30 mil vereadores em todo o país, contra pouco mais de 5,8 mil do MDB.³⁸⁸ Mesmo a oposição sendo forte em todas as capitais, somente em Porto Alegre, Manaus e Natal ela tinha elegido mais vereadores do que o partido do governo.

Com força institucional e eleitoral revigorada, o governo Geisel acenou para a oposição partidária com um “diálogo”, escolhendo como mediador o senador Petrônio Portela (Arena-PI). O objetivo era preparar o terreno para a revogação do AI-5 e avançar no projeto de institucionalização do regime. A escolha de Portela não fora aleatória. Respeitado pela oposição e tido como um liberal, Portela tinha se destacado na presidência da Arena e no Senado, não se furtando a criticar o governo na ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog. Assim, tinha trânsito no governo e na oposição. Em fevereiro de 1977, Portela foi conduzido à Presidência do Senado, iniciando a Missão Portela, nome dado aos contatos oficiais entre governo e oposição. O objetivo era obter um consenso mínimo para as reformas político-institucionais pretendidas pelo governo como parte da institucionalização do regime e do restabelecimento de certas liberdades democráticas.

Alguns meses depois, o presidente Geisel mudou de tom, pois avaliou que a oposição “cooperava” menos do que o esperado, o que revela o caráter do diálogo. No final de março, o governo propôs um pacote (Emenda Constitucional nº 7), tendo como eixo a reforma do judiciário. A reforma foi recusada pelo Congresso. Geisel andava impaciente com o andamento das conversações com a oposição, e a recusa do Congresso em acatar a dinâmica política proposta pelo governo foi a gota d’água. Utilizando-se das prerrogativas do AI-5, no dia 1º de abril, o Ato Complementar 102 fechou o Congresso, visando impor ao país sem o devido debate parlamentar as Emendas Constitucionais nº 7 (a da reforma do Judiciário) e nº 8, além de vários decretos-lei. Os “pacotes de abril”, como ficou conhecido esse conjunto de propostas de reforma constitucionais e jurídicas, tinha um objetivo estratégico: visava preparar o caminho para a institucionalização do regime e impedir que a oposição ganhasse maioria no Congresso nas eleições de 1978.

Em resumo, os “pacotes de abril” instituíam a eleição indireta para um terço do Senado (cujos membros eram indicados por um colégio eleitoral estadual de maioria governista), mantinham as eleições indiretas para os próximos governadores estaduais, aumentavam a representatividade dos estados menos populosos (onde a Arena era mais bem votada), sacramentavam as restrições à propaganda eleitoral e alteravam o *quorum* parlamentar para aprovação de emendas constitucionais de dois terços da Câmara para maioria simples. O mandato presidencial foi ampliado para seis anos, valendo a partir do sucessor de Geisel. Para pavimentar o caminho da institucionalização, o governo utilizava um verdadeiro trator. O recado era direto. A condição para a liberalização do regime se consolidar era o controle absoluto do processo institucional por parte do Poder Executivo. Questionado se os pacotes não eram uma pedra no caminho da democratização do Brasil, Geisel cunhou uma das mais memoráveis frases do regime militar: “Nossa democracia não é igual às outras [...]. Democracia é relativa”.³⁸⁹

Apesar da gritaria do MDB, o campo de batalha parlamentar estava controlado e a democracia relativa do regime parecia triunfar. Mas o governo não contava que o palco da luta iria ser deslocado para as ruas, onde personagens menos dóceis iriam ocupar o teatro da política.

No dia 1º de maio de 1977, o prefeito de São Paulo, Olavo Setubal, discursou na Vila Carrão, bairro operário da periferia de São Paulo escolhido para as comemorações oficiais do Dia do Trabalhador na cidade: “A juventude não se lembra de outros ‘primeiros de maí’, onde só se encontravam conflitos e tumultos. Hoje, é isto que vemos aqui: música e alegria”.³⁹⁰ Cinco dias depois do prefeito indicado pelo regime celebrar a paz social que supostamente enterrava o passado de conflitos sociais, cerca de sete mil estudantes se concentravam no Largo São Francisco, em São Paulo, em frente à histórica Faculdade de Direito em nome das “liberdades democráticas” e pela libertação de colegas presos em uma panfletagem perto das fábricas do ABC. Depois de nove anos, o movimento estudantil realizava protestos públicos no centro de uma grande cidade brasileira.

Mesmo durante a fase mais repressiva do regime, o movimento estudantil nunca deixou de existir e atuar. Quando muito, ficou recolhido aos *campi* universitários, aos diretórios acadêmicos e aos eventos de caráter político-cultural. Apesar da legislação repressiva, o movimento não deixou de fazer greves e passeatas para protestar contra a política universitária que em muitos casos emulava o autoritarismo do regime.³⁹¹ Em 1973, a morte de Alexandre Vanucchi Leme tinha deixado os *campi* paulistas em pé de guerra contra o regime, e a missa em sua homenagem pode ser considerada o primeiro grande ato público contra o regime militar desde 1968. Ao que parece, novas articulações se fizeram dentro do movimento estudantil, deslocando o foco da revolução socialista para o tema das liberdades democráticas, ao menos no plano tático da luta estudantil contra o regime.³⁹² As organizações e tendências estudantis que não tinham apostado na luta armada ou que avançaram na autocritica desta opção começavam a ganhar espaço, apostando na chamada política de massa para combater o regime.³⁹³ No jargão da esquerda, isso significava ações políticas voltadas para a mobilização de amplos contingentes entre estudantes, operários e cidadãos em geral, e não mais ações violentas levadas a cabo por pequenos grupos armados.

Portanto, as passeatas de 1977 não apareceram do nada. Foram fruto de tensões e articulações acumuladas havia anos pelo movimento estudantil, que finalmente transbordava dos limites dos *campi* e ocupava as praças e ruas centrais.³⁹⁴

Naquele 5 de maio de 1977, o objetivo dos manifestantes era marchar do Largo São Francisco para a Praça da República, indo do chamado centro velho para o centro novo da cidade de São Paulo, em horário comercial. A passeata foi barrada no Viaduto do Chá pela tropa de choque da PM e por agentes à paisana. Impedidos de continuar com a passeata, os estudantes sentaram-se no asfalto do Viaduto e leram um manifesto que começava com palavras memoráveis, que anunciavam um novo ciclo de lutas:

Hoje, consente quem cala. Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação dos nossos companheiros presos [...]. É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: fim às torturas, prisões e perseguições políticas [...] anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos; pelas liberdades democráticas.³⁹⁵

A se julgar pelos papéis picados que caíam dos prédios e pelos aplausos vindos dos populares que assistiam, meio atônitos, ao protesto, o manifesto ecoou entre os arranha-céus da sempre ocupada São Paulo.

As palavras e os atos estudantis ecoaram também em Brasília. O representante do lado escuro da abertura, o ministro Armando Falcão, lançou uma nota ameaçadora, proibindo “[...] qualquer manifestação coletiva que envolva passeatas ou concentrações de protesto em logradouros públicos, ou outros tipos de demonstrações que perturbem a ordem”.³⁹⁶

A imprensa moderada, sempre assustada quando a política chegava às ruas, reverberava a mensagem do governo: “Adiamento das eleições, fechamento do Congresso e endurecimento político são os presságios mais ouvidos nos meios políticos depois das manifestações estudantis ocorridas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”.³⁹⁷ Entre a notícia e a advertência velada aos “radicais”, a imprensa liberal mantinha-se na lógica de manter o ambiente calmo e a política dentro das instituições permitidas, ainda que violentadas pelo regime.³⁹⁸ A memória traumática de 1968, quando o país foi da euforia das passeatas à depressão causada pelo fechamento político do regime, parecia dar-lhe razão.

Mas como para os mais jovens nem sempre a história é mestra da vida, as passeatas estudantis continuaram não apenas em São Paulo, mas em outras cidades. Para o dia 19 de maio, foi convocada uma grande manifestação estudantil, mas as tendências políticas que conduziam o movimento não se entenderam sobre a forma e o local. A maior parte dos estudantes preferiu se manifestar em um espaço

estudantil de grande visibilidade pública, a Faculdade de Medicina da USP, situada em uma grande e movimentada avenida de São Paulo. Já uma minoria comandada pelos trotskistas, mais aguerrida e disposta ao combate (físico, inclusive), organizou uma passeata no centro, duramente reprimida pela polícia. O governo se armou de todas as precauções e voltou a lançar recados através da imprensa, ameaçando com o "fechamento completo das instituições".³⁹⁹

Em junho de 1977, apesar das ameaças e da crescente repressão policial, foi marcado um novo "Dia Nacional de Luta pela Anistia", com passeatas em todo o país, com destaque para o protesto que mais uma vez agitou o centro de São Paulo. No final do dia, os estudantes se refugiaram dentro da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e o coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança do Estado de São Paulo, ameaçou invadir a histórica faculdade. Depois de muitas negociações, os estudantes puderam sair sem serem presos.

A crise estudantil se ampliava. Em Brasília, a UnB entrou em greve no final de maio, da qual só sairia dois meses depois. No começo de junho, uma tentativa de realizar um encontro nacional estudantil terminou com vários presos em Belo Horizonte. No III Dia Nacional de Luta, em agosto, a violência da PM paulista recrudescceu. Mesmo mobilizando cerca de 20 mil soldados, não conseguiu impedir as minipasseatas, como os estudantes nomearam a tática de protestar em vários locais diferentes do centro por alguns minutos para que ocorresse durante o dia todo. O cada vez mais raivoso coronel Erasmo Dias vociferou: "Foi um dia de luta, de luta inglória".⁴⁰⁰ Outros protestos estudantis aconteceram em Porto Alegre e Salvador, e a repressão policial aos estudantes que gritavam por democracia começava a incomodar o governo, que batia na mesma tecla da ameaça do "fechamento". Mas 1977 não era 1968, apesar da visível preocupação do governo em impedir a volta das entidades estudantis proscritas, como a UNE, e os grandes encontros organizativos.

A invasão de um espaço estudantil, atitude sempre arriscada e desgastante mesmo em contextos ditatoriais, foi provocada, preci-

samente, pela realização do III Encontro Nacional dos Estudantes. Inicialmente foi anunciado que ocorreria na Cidade Universitária da USP, que foi cercada pela Polícia Militar. Na verdade, tratava-se de uma tática para despistar a polícia, pois no mesmo dia 22 de setembro as efetivas lideranças do movimento estudantil realizaram o encontro clandestinamente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Quando a polícia descobriu, o evento já tinha terminado, mas a tropa não perdeu a viagem, invadindo a PUC e prendendo os estudantes que realizavam uma assembleia comemorativa do encontro. A violência da invasão foi impactante. Deteve cerca de mil estudantes, dos quais cerca de noventa foram encaminhados para o Dops e quatro ficaram gravemente feridos. Cerca de trinta salas de aula ou administrativas foram completamente destruídas pela polícia.

Somente em agosto de 1979, com a revogação do Decreto nº 477, as entidades locais puderam se reorganizar na forma dos diretórios centrais de estudantes, tornando-se espaços de disputas entre as tendências estudantis que não mais conseguiram protagonizar as grandes lutas contra o regime, ficando à reboque dos partidos de esquerda ou dos movimentos sociais. As energias do movimento estudantil, a partir de fins de 1977, se voltaram para a reconstrução das suas entidades e da própria UNE, recriada dois anos depois em Salvador. Com o retorno das massas operárias à cena política, os estudantes passaram a se sentir um misto de coadjuvantes e missionários nas novas lutas sociais, mesmo que os operários não fossem muito receptivos a eles nas assembleias sindicais, por considerá-los "porras-loucas" e pequeno-burgueses. No jargão da esquerda, isso significava muito barulho e pouca capacidade real de mobilização.

A dramática invasão da PUC, se por um lado diminuiu o ímpeto das passeatas estudantis, por outro reforçou os elos da causa estudantil, que no limite se confundia com a própria causa democrática, com outros setores da sociedade. Rompendo o tabu de não ir às ruas para protestar contra o regime, uma das leis de ferro da era AI-5, os estudantes conseguiram dar visibilidade para a questão democrática e apontar os limites da chamada

“abertura”. A “questão democrática” saía das enfadonhas discussões institucionais sobre o “modelo político” mais adequado para institucionalizar o regime e ganhava a opinião pública mais ampla. Se essas mobilizações não conseguiram “derrubar a ditadura” pela pressão das ruas, como dizia a palavra de ordem, implodiram os limites da tímida abertura de Geisel. Ou seria mera coincidência o fato de que, em setembro de 1978, cada vez mais criticado por vários atores sociais e políticos, o governo anunciou a Emenda Constitucional nº 11, que acabava com o AI-5, com a cassação de deputados pelo Poder Executivo, com a censura prévia, que previa a volta do *habeas corpus* e extinguiu a pena de morte e a prisão perpétua.⁴⁰¹ Será que estas medidas estavam previstas, em sua plenitude, desde o começo da “distensão”? Mesmo previstas, não poderiam ser consideradas como respostas aos protestos que explodiram a partir de 1977?

O fato é que só no final do seu governo o presidente que ficou conhecido como o artífice da abertura, o “ditador sem ditadura”, delineou com clareza o caminho da transição política para um regime civil, processo que ainda conheceria alguns sustos, mas nenhum retrocesso efetivo. Até o começo de 1977, a abertura era uma miragem, um projeto ainda incerto, mais preocupado em reorganizar o “modelo político” do regime. A partir de 1978, transformou-se em uma agenda política voltada para a transição democrática.

Mas a batalha das ruas estava apenas começando. Durante a crise estudantil de 1977, muitas vezes expressivas de diversos setores sociais, profissionais, religiosos e culturais se manifestaram na carona dos protestos de rua. Não houve dia, naquele ano, em que a imprensa não publicasse notícia sobre as “siglas da democracia”. Foi uma verdadeira sopa de letras que se tornaram sinônimas da oposição democrática ao regime: OAB, CNBB, SBPC, ABI. Era o apogeu da crença na “sociedade civil”, termo que se consagrava como expressão da luta por democracia, contrapondo-se ao lugar do poder autocrático, o Estado.

Antes mesmo dos estudantes irem às ruas, a CNBB lançou um dos mais contundentes manifestos contra o regime em fevereiro de 1977, ao término da XV Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

“Exigências cristãs de uma ordem política”. Em um dos trechos mais contundentes, o documento dizia que antes do Estado moderno, os grupos humanos já existiam com

[...] deveres e obrigações definidas e com direitos naturais inalienáveis [...] não é o Estado que outorga estes direitos às pessoas [...] toda força exercida à margem e fora desse direito é violência [...] quando se inspiram numa visão de ordem social concebida como vitória constante sobre a subversão ou uma incessante revolução interna, tais regimes de exceção tendem a prolongar-se indefinidamente.⁴⁰²

Em um tom diretamente voltado para a crítica do regime, o documento ainda afirmava a necessidade de participação política do ser humano, calcada na liberdade de discussão, bases para a verdadeira “ordem pública”. O documento completava o longo ciclo de afastamento entre a cúpula da Igreja Católica e o regime militar, iniciado em 1968. Para complicar a situação, a Igreja suspeitava que o protestante Geisel tinha dado carta branca para que o ex-aluno dos jesuítas, senador Nelson Carneiro, se articulasse e, finalmente, conseguisse aprovar a Lei do Divórcio em fins de 1977. Efetivamente, a Lei foi beneficiada pela mudança de *quorum* para aprovação de emendas constitucionais por maioria simples, embutida nos pacotes de abril.

Em fins de maio, a ABI lançou um manifesto “Pelas liberdades democráticas”, ecoando a palavra de ordem dos protestos estudantis. No ato ocorrido na sede da entidade, no Rio de Janeiro, a leitura do manifesto, subscrito por mais de mil signatários, revelou uma novidade. O documento não seria entregue à nenhuma autoridade, como era comum ocorrer com outros manifestos.⁴⁰³ Tratava-se de uma comunicação da sociedade civil consigo mesma, reforçando a crença de que só a volta da democracia poderia resolver os problemas do país. Em julho, a 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) foi mais um ato pela democracia do que, propriamente, uma reunião técnico-científica. Boicotada pelo governo e proibida de ser realizada

nas universidades públicas, a reunião foi organizada pelos intelectuais e cientistas da entidade na PUC/SP. Em que pese o grande investimento do regime na pós-graduação e na ampliação do sistema universitário, o meio era cada vez mais marcado pela cultura da oposição, ecoando as mobilizações estudantis. Uma das preocupações do governo era que o movimento estudantil e os partidos clandestinos de esquerda utilizassem a entidade para se rearticular. A PUC, ao sediar o encontro proibido pelo governo, demonstrou independência e afirmou-se como um dos espaços da luta pela democracia acadêmica e política nos anos 1970 e 1980. Especulava-se à época que a ação violenta da PM contra o patrimônio da PUC, na repressão ao movimento estudantil, tinha sido uma resposta do governo à atitude independente e oposicionista da universidade.

Entre todos os manifestos pela democracia lançados em 1977, o que teve maior cobertura da imprensa foi a "Carta aos brasileiros", lida em ato público na Faculdade de Direito da USP, em agosto de 1977, quando o curso completava 150 anos. Tratava-se de um longo documento, de 14 laudas, dividido em várias partes nas quais seu autor, o jurista Gofredo da Silva Telles Júnior, discutia os fundamentos jurídicos e filosóficos do poder e da democracia. Em uma das suas passagens mais citadas, dava um recado direto ao regime e sua obsessão legalista: "Partimos de uma distinção necessária. Distinguimos entre legal e legítimo. Toda lei é legal. Mas nem toda lei é legítima". Ou ainda: "A fonte genuína da Ordem não é a Força, mas o Poder [...] O Poder a que nos referimos não é o Poder da Força, mas o Poder da persuasão. Illegítimo é o governo cheio de Força, mas vazio de Poder". Em outra passagem, o texto era ainda mais direto na crítica ao regime, dizendo que no binômio "segurança e desenvolvimento" fora do estado de direito, ou seja, apropriado pelas ditaduras, segurança é sinônimo de terror contra o cidadão, e desenvolvimento, de miséria e ruína.⁴⁰⁴

A leitura solene da carta, ocorrida em meio ao turbilhão dos protestos estudantis, reuniu cerca de 600 pessoas no Salão Nobre da Faculdade, além dos mais de 3 mil no pátio interno. Ao fim do ato, houve uma passeata com cerca de 10 mil pessoas pelo centro de São

Paulo. Sem assumir o custo de estragar a festa de uma das mais tradicionais e insuspeitavelmente liberais faculdades do país, que inclusive havia gerado alguns proeminentes quadros jurídicos para o regime, a polícia não interveio.

Com a Carta, a oposição liberal ganhava uma base ideológica consistente, que se encaminhava para a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como forma de marcar a transição e superar a ditadura, projeto que nem de longe passara pelos planos do Governo Federal. Mas esse não podia fazer ouvidos moucos. Dada a mobilização crescente das siglas da democracia (OAB, SBPC, CNBB), que reunia a classe média e a fina flor intelectual da sociedade, o governo reativou a Missão Portela, agora voltada para "dialogar" com a sociedade civil e não com o MDB. Sintoma que mesmo o poder da força tentava chegar ao poder do consenso.

O partido da oposição, o MDB, depois de amplo debate interno, tentou aproveitar o clima de contestação que se espalhava pela sociedade. O programa nacional de TV do MDB, em 27 de junho, causou atrito com o governo devido às fortes declarações do deputado Alencar Furtado:⁴⁰⁵

Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos - quem sabe?; mortos? - talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez.

O governo Geisel cassou o mandato do deputado, e o próprio Ulysses Guimarães, presidente do partido, foi ameaçado com um processo nos termos da Lei de Segurança Nacional.

Tentando retomar uma agenda mais agressiva, o MDB lançou a campanha pela Assembleia Constituinte, oficializada em setembro na Convenção Nacional, junto com a Frente Nacional de Redemocratização.⁴⁰⁶ Entretanto, a campanha popular pela Constituinte não vingou,

pois o MDB estava dividido entre setores moderados e "autênticos", sendo que os primeiros não estavam dispostos a politizar as ruas. No ano seguinte, em junho de 1978, Petrônio Portella e Ulysses Guimarães se encontram, e pouco tempo depois o último anunciava que a campanha pela Constituinte seria feita "a portas fechadas", no Parlamento e nas entidades civis.⁴⁰⁷ O fato é que o MDB, apesar da combatividade de alguns dos seus quadros, estava sendo emparedado de dois lados: pelo governo, que o via como mero sócio das reformas institucionais para perpetuar os princípios do regime, e pela sociedade civil, que o considerava um partido sem capacidade de ação efetiva contra a ditadura. A reedição da Missão Portela, sintomaticamente, passou por cima do MDB nas conversas que teve com a "sociedade civil". O governo poderia até utilizar a força para combater os estudantes, mas a rebelião dos setores tradicionalmente liberais era mais problemática. O sintoma do seu crescimento era a franca oposição das suas principais entidades profissionais, como a OAB e a ABI, em crescimento desde 1974. A campanha pela volta do *habeas corpus*, suspenso desde o AI-5, galvanizava todos os matizes ideológicos da advocacia brasileira, transformada em tema central da VII Conferência da entidade (maio de 1978).

Desenhava-se o pior dos cenários para o regime: a convergência entre a oposição das entidades civis, o partido de oposição e o protesto das ruas, lugar tradicionalmente ocupado pelas esquerdas e pelos movimentos sociais.

Demonstração do isolamento ainda maior do regime foi o fato de a rebelião liberal ter sido adensada, também em 1977, pelos empresários.⁴⁰⁸ Estes, em nome do liberalismo econômico, mas bem mais preocupados inicialmente em reconquistar espaços de interferência nos conselhos governamentais no lugar da tecnoburocracia e dos militares, já se estranhavam com o governo Geisel desde 1974. Nesse ano, teve início a crise com o empresariado, quando Eugenio Gudín, ao ganhar o título de "Homem de Visão" do ano, deflagrou a campanha contra a estatização.⁴⁰⁹ No começo do ano seguinte, o jornal *O Estado de S. Paulo* se junta à revista *Visão*, tornando-se porta-vozes do liberalismo

econômico na campanha contra a estatização. Era um sintoma de um mal-estar que só cresceria ao longo do governo Geisel, atingindo seu auge em 1977, quando as lideranças empresariais fazem convergir a crítica à estatização com a defesa da democracia política.⁴¹⁰

O discurso de José Papa Júnior, liderança da Federação do Comércio, no qual chamou o regime de "espúrio", transformou-se em um marco. Elo do empresariado nacional com o governo, o industrial Severo Gomes deixou o Ministério da Indústria e Comércio, engrossando a oposição. No ano seguinte, os empresários explicitaram suas posições em defesa das "liberdades democráticas", para eles corolário da "livre iniciativa" e do desenvolvimento econômico, com o "Manifesto do Grupo dos 8", lançado em 26 de junho de 1978, assinado por Antonio Ermírio de Moraes, Severo Gomes, Laerte Setubal, José Mindlin, Claudio Bardella, Luis Eulálio Bueno Vidigal. Boa parte dos magnatas da indústria que alimentava o PIB brasileiro se colocavam como críticos ao governo, aumentando seu isolamento e agregando mais vozes ao processo de deslegitimação política do regime. Na verdade, diga-se, nem todo o empresariado brasileiro inclinou-se para o projeto de redemocratização, pois havia uma velha guarda empresarial que não era tão simpática à causa democrática, ainda que dentro dos limites do liberalismo. Nadir Figueiredo, que até 1980 era o nome mais influente na Fiesp, atuou ao lado de Adolpho Lindenberg, para limitar a corrente pró "abertura política" no meio empresarial.⁴¹¹

A oposição liberal contra o regime, naquele surpreendente ano de 1977, olhava o protesto estudantil com um misto de carinho, desconfiância e atenção. Era como se os estudantes fossem os arautos menos polidos das verdades que tinham que ser ditas. Como o governo não escutava os sussurros, era preciso gritar. Havia certa tolerância, apesar do temor da radicalização das ruas e do governo. A palavra de ordem que se ouvia nas ruas - "Pelas liberdades democráticas!" - era a frágil argamassa dessa improvável aliança. O teste para conhecer o verdadeiro grau do credo democrático da oposição liberal ainda estaria por vir. Mas antes disso, a direita militar, inimiga da distensão, tentou mostrar os dentes.

Um dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 de julho de 1977 anunciava o roteiro para o novo ato da política brasileira, que se

delineava por “contornos graves de um quadro inquietante”.⁴¹² Citando um eminente arenista, mantido em anonimato, a matéria dizia que o problema maior do governo Geisel não era a insatisfação da oposição, no caso o MDB, mas o fato de *ninguém* estar satisfeito com o governo e, como acontece em contextos autoritários, com o próprio regime. Estudantes, intelectuais, empresários, clero, trabalhadores, ruralistas e até políticos da Arena eram citados no balaio dos insatisfeitos. No plano externo, o presidente estadunidense Jimmy Carter e o papa Paulo VI se juntavam aos críticos do governo brasileiro. Explicitamente, por causa da violação dos direitos humanos perpetrada pelo regime. Implicitamente, pelas aventuras brasileiras no campo nuclear, no caso de Carter, e pela forma que se encaminhava a aprovação do divórcio, no caso do Vaticano.

Na sequência, outro editorialista traçou o roteiro político que, supostamente, seria seguido pelo Governo Federal. Condicionar o prosseguimento da “institucionalização” (outro nome que se dava então para a “distensão” programada) à questão sucessória. Segundo o jornal, com o fim do mandato de Geisel previsto para 1979, o equacionamento da questão sucessória definiria a continuidade da política de distensão “lenta, gradual e segura”. A alternativa era sombria: suspender a agenda da institucionalização “até o ano 2000”.

O roteiro para salvar a “institucionalização do regime”, sugerido pelo texto do jornal, parece até um oráculo da história que efetivamente se passou: conseguir recompor uma base parlamentar, que incluísse a oposição, para encontrar uma fórmula constitucional que substituísse o odioso AI-5, extinguir o bipartidarismo e conseguir apoio do MDB para o candidato oficial do governo, que seria anunciado no final do ano. Sabemos que esse roteiro foi imposto pela Ementa nº 11, em setembro de 1978, pois o MDB se revelou menos dócil do que o governo previra, embora também não fosse tão radical a ponto de galvanizar o conjunto da oposição que ocupava as ruas. Mas o que importa é que o princípio de condicionar a institucionalização, ou distensão, ao controle do processo sucessório estava dado como estratégia do governo Geisel.

Entretanto, esse era o “x” do problema. Desde o início do seu mandato, o tema da distensão desagradava a direita militar, à qual Geisel

contemporizava com discursos duros e uma boa dose de tolerância para com as ações repressivas clandestinas. Ao menos, até o começo de 1976, essa foi a forma que o governo lidava com os “duros”. Depois do ato de comando do presidente Geisel que, ao demitir o comandante do II Exército, lembrou que antes de ser presidente era um general, a direita militar recolheu seu braço repressivo, mas não o seu braço político. E ele tinha um nome: general Sílvio Frota. Alias, a demissão de Ednardo D’Ávila Mello tinha causado uma colisão direta entre o presidente e o ministro, pois este era próximo do demitido e, em princípio, caberia a ele tomar esta atitude.

Apesar de ser considerado porta-voz dos “duros”, seus auxiliares mais próximos afirmam que Frota não permitia torturas quando chefiara o I Exército sediado no Rio de Janeiro, a partir de 1972.⁴¹³ Entretanto, ele não escondia sua insatisfação com a distensão, que permitia a volta insidiosa da “subversão comunista”. Anticomunista convicto, suas ordens do dia e discursos comemorativos eram poesia no ouvido da extrema-direita militar.

Frota era ministro do Exército desde 1974, quando o general escolhido por Geisel, Dale Coutinho, faleceu e Frota colocou-se como reserva moral da “Revolução” ameaçada pela distensão. Para ele, esse projeto enfraquecia o governo no combate ao comunismo. Desde 1977, remetia à Presidência da República longos relatórios alarmistas e críticos à orientação do governo e à “infiltração” de comunistas e subversivos. Tais relatórios expressavam as posições da comunidade de segurança, momentaneamente limitada nas suas ações. Ao mesmo tempo, tais pronunciamentos públicos ou reservados cacifavam Frota para concorrer à sucessão como mantenedor do espírito de 64, supostamente ameaçado pela própria política de distensão do governo. Até no Congresso, por volta de maio de 1977, esboçou-se uma articulação para a campanha de Frota à Presidência, como sucessor de Geisel, com apoio de cerca de 90 políticos da Arena. O general não escondia suas críticas ao governo Geisel, feitas em qualquer evento público onde comparecia como ministro e, virtualmente, como candidato.⁴¹⁴

As tensões culminaram na crise de 12 de outubro, com cheiro de golpe de Estado. Frota já esperava sua demissão, mas acreditou que

boa parte do Exército ficaria ao seu lado, a julgar pelo apoio que tinha da oficialidade da ativa, de alguns generais da reserva, e mesmo dos políticos civis que apoiavam o regime. Logo pela manhã, foi comunicado do seu afastamento pelo presidente, mas não se fez de rogado. Foi ao seu gabinete disposto a lutar. Redigiu, ou desengavetou, um longo manifesto de oito páginas no qual denunciava o governo como sendo "complacente com o comunismo" e, portanto, ferindo o espírito da "Revolução". Distribuiu o manifesto à imprensa e a todos os comandos militares, na esperança de que fosse redistribuído aos quartéis e provocasse um levante militar contra o governo. Para selar o golpe, convocou uma reunião de emergência do alto-comando do Exército, a qual os generais acederam.

Mas no xadrez da política, o xeque-mate foi do presidente Geisel, em uma operação que entrou para os anais da história da política palaciana do Brasil. Antes de demitir Frota, Geisel e Golbery neutralizaram os eventuais apoios dos comandos dos Exércitos a Frota, além de deixar todo o ritual burocrático da demissão devidamente preparado, com direito a decreto e edição extra do *Diário Oficial*, para selar sua demissão, com todos os devidos rituais burocráticos. O dia da demissão foi escolhido a dedo, pois se tratava do feriado de 12 de outubro, Dia da Padroeira do Brasil. O feriado fazia de Brasília uma cidade vazia e fantasma, ao menos de repartições públicas e expedientes burocráticos que poderiam se agitar, pró e contra, os rumores de golpe. Como o manifesto de Frota não chegara aos quartéis, estes permaneceram calmos nas horas fatais. Sem ordens superiores, os militares não se movem ou se movem com muita hesitação, 1964 já o provará. Uma curta nota pública foi lida pelo ministro Hugo de Abreu dizendo que a demissão de Frota tinha sido por questões de ordem pessoal "sem qualquer vinculação com a questão da sucessão presidencial".⁴¹⁵ Por via das dúvidas, caso toda essa contraoperação política não funcionasse e as armas falassem mais alto, as tropas mais fiéis ao presidente estavam em regime de prontidão.

Restava, entretanto, uma porta aberta para o golpe: a reunião do alto-comando. Caso conseguisse se reunir com os generais, Frota po-

deria reverter a situação desfavorável, mobilizando os quartéis. Mas, novamente, a ação política da Presidência foi mais ágil, convocando os generais para irem ao Palácio do Planalto, e não ao Ministério do Exército. Chegando ao aeroporto, os generais foram virtualmente "sequestrados" pelos agentes do Planalto, antes de chegarem aos emissários de Frota que os esperavam. Com o decreto publicado na edição "extra" do *Diário Oficial*, Frota já não tinha mais cargo. Para o seu lugar, Geisel espertamente nomeou Fernando Belfort Bethlem, um "ex-duro". A sua nomeação foi acompanhada pela troca de comando de dezenas de batalhões para tirar da frente das armas qualquer simpatizante do "frotismo". A caneta do poder havia falado mais forte do que as armas da força.

Resolvida a ameaça de Frota ao processo de institucionalização, confirmou-se a nomeação do general João Baptista Figueiredo, cujo nome já circulava desde o início de 1977. Entretanto, a crise militar não cessou por completo, pois a indicação de Figueiredo foi criticada por Hugo Abreu, figura-chave no contragolpe que havia salvado o governo, e que se sentiu preterido, demitindo-se do em março de 1978.⁴¹⁶

O lançamento da candidatura Figueiredo foi acompanhado de todo um esforço publicitário para mudar a imagem sisuda do ex-chefe do SNI, que começou a aparecer em fotos sorridentes e informais, fazendo ginástica de sunga e exibindo simpatia e vigor físico. Um pouco para demonstrar que o Brasil teria um presidente à altura dos tempos agitados que se avizinhavam. Um pouco para criar uma face mais humana do regime dos generais. A campanha eleitoral ganhou ares dos "velhos tempos" do populismo, com viagens e comícios do candidato oficial pelo Brasil afora. A oposição escolheu também um general para concorrer às eleições. Em agosto de 1978, Euler Bentes, militar nacionalista, é oficializado candidato do MDB.

Em 15 de outubro de 1978, o Colégio Eleitoral elege Figueiredo com uma margem não tão folgada (355 a 266 e 4 abstenções). A derrota no Colégio Eleitoral do MDB foi compensada pela excelente votação do Partido nas eleições gerais de 1978, apesar da Lei Falcão. Novos candi-

dados assumiam ainda mais o discurso oposicionista, agora alimentado pela agitação das ruas, fábricas e universidades.

Sob o governo Figueiredo, a distensão teria outro nome: “abertura”. E a batalha das ruas seria ainda mais dramática.

Em 1971, no auge dos anos de chumbo, duas freiras foram ministrar um curso sobre “o valor da pessoa humana” em uma distante paróquia da periferia sul da cidade de São Paulo. Aproveitaram a ocasião para propor a criação de um “clube de mães” que começou a se tornar realidade com a adesão de cinco moradoras do bairro.⁴¹⁷ Estes e outro microeventos, invisíveis ao governo e mesmo ao olhar sociológico, fizeram nascer os “novos movimentos sociais”.

A periferia da cidade de São Paulo nos anos 1970 era a síntese do lado B do milagre brasileiro. Nos bairros distantes, carentes de transporte, equipamentos de saúde, escolas e urbanização, amontoavam-se os trabalhadores, via de regra migrantes que chegavam de várias regiões do Brasil rural em busca de trabalho e vida melhor. Ali moravam as empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil e o operariado das grandes e médias indústrias da maior metrópole do Brasil. Se a vida na cidade era melhor do que aquela vivida em meio à tradicional miséria rural brasileira, as dificuldades ainda eram imensas. A precariedade das condições materiais e serviços públicos ensejava tanto a violência, muitas vezes banal entre vizinhos, quanto a solidariedade. A tradição associativa dos bairros populares vinha desde os anos 1940, mas até o final dos anos 1950 era canalizada pelos políticos de matiz populista conservadora, como Jânio Quadros, que utilizara sua ligação paroquial de vereador com um bairro específico, a Vila Maria, para se projetar na política.

A lógica predatória do capitalismo brasileiro, aliada a um poder público ineficiente quando não corrupto, se reproduzia na (des)organização do espaço urbano. No centro, grandes terrenos vazios esperando valorização. No primeiro anel em volta do centro tradicional, bairros de classe média remediada, com enclaves ricos de ruas arborizadas e calmas. Nos anéis externos da cidade, a pobreza grassava e marcava a paisagem, indo dos bairros operários mais ou menos estruturados a

regiões de ocupação desordenada e caótica. Nesses espaços surgiram movimentos sociais de tipo novo, quase sempre apoiados pela Igreja Católica, mas com tendência à auto-organização e à valorização da construção da consciência individual na linha do “ver-julgar-agir”.⁴¹⁸ O trabalho organizativo da Igreja, materializado nas comunidades eclesiais de base,⁴¹⁹ deu nova forma e ideologia à tradição associativa popular. A precariedade da vida cotidiana deu motivo às organizações que surgiam. O cotidiano, o bairro, a praça, o botequim, o salão da igreja, foram politizados não a partir dos grandes projetos revolucionários, mas pela realização da pequena utopia democrática. Com o fracasso das organizações armadas, muitos militantes de esquerda marxista também foram para os bairros, morar entre a classe operária. Mesmo para estes, o momento não era de realização da estratégia revolucionária da tomada do poder, mas de pequenas ações cotidianas que adensassem a consciência de classe. Assim, ao longo dos anos 1970, foi se construindo o cinturão vermelho, que se fechava com a concentração das grandes indústrias multinacionais na região do ABC reunindo o setor mais avançado da classe operária brasileira. Muitos operários que trabalhavam no ABC moravam nas periferias de São Paulo, ligando a experiência sindical com a luta cotidiana pela melhoria dos bairros. Nesse universo fervilhante dos bairros populares, onde lideranças comunitárias, religiosas, políticas e revolucionárias se encontravam, nasceram os novos movimentos sociais.⁴²⁰ O regime, mais preocupado em matar guerrilheiros, não deu muita importância a estas associações populares, pois confiava que a Igreja saberia conter seus eventuais radicalismos. Lembremos que, no começo dos anos 1970, a ruptura entre a Igreja e o regime ainda não era um dado tão evidente. Nessas brechas sociais e políticas, inicialmente de maneira discreta, as associações de vizinhos e movimentos sociais urbanos foram crescendo antes de ganhar a visibilidade das ruas. E esse processo não foi exclusivo da Grande São Paulo, disseminando-se em várias cidades brasileiras, adaptando-se às tradições culturais e condições sociais locais. Em quase todos os casos, ganhou apoio de padres e outros setores da Igreja Católica.

Por exemplo, o pequeno clube de mães que começou com cinco participantes, na sua primeira reunião, em janeiro de 1972, já contava com mais de quarenta. Os clubes de mães se espalharam pela periferia sul da cidade. Além de fazer trabalhos comunitários, os participantes discutiam questões do cotidiano a partir da leitura de textos religiosos. Dentre tantos problemas, um deles começou a ser percebido com um elemento comum das preocupações: o custo de vida, também chamado de carestia. Agravado pela política de arrocho salarial, o aumento dos preços de itens de consumo e alugueis se agravou a partir de 1975, quando a inflação voltou a ser notada. Nascia o Movimento do Custo de Vida (MCV).⁴²¹ O MCV de São Paulo, antes mesmo do movimento sindical, foi a associação popular que conseguiu a maior visibilidade durante o regime militar, transformando-se numa espécie de central dos movimentos populares de bairro. A estratégia passava pela organização de assembleias massivas para apresentar petições contra o aumento do custo de vida, cujo endereço eram os mandatários federais. Em 1976, a primeira assembleia do Movimento contou com 4 mil pessoas, ocasião em que foi lançada a petição com mais de 18 mil assinaturas. Dois anos depois, ganhou uma grande visibilidade, com o lançamento de um manifesto em março exigindo congelamento de preços dos itens básicos de subsistência e aumento de salários. O Movimento lançou um desafio para si mesmo: coletar mais de 1 milhão de assinaturas e entregar o documento ao Palácio do Planalto. Em agosto de 1978, um ato público na Praça da Sé anunciava que a meta tinha sido atingida: 1,24 milhão de assinaturas. Nada mal para um movimento em cujo *big bang* contava com cinco mães e duas freiras.

O ato foi marcado para um domingo, 27 de agosto, e o governador de São Paulo e o presidente da República foram convidados. O governo proibiu o ato em praça pública e mandou como seus representantes a tropa de choque da PM. O resultado foi o esperado. Mesmo que os organizadores do ato respeitassem os limites impostos pela autoridade, ou seja, realizar o ato dentro da igreja e não promover passeatas pela cidade, a polícia dispersou os manifestantes com a violência de sempre. Na sexta-feira anterior, os estudantes tinham voltado às ruas

para protestar contra o regime depois de quase um ano de ausência, e sua presença no ato do MCV foi a desculpa para iniciar a pancadaria.

Em outubro, o MCV voltou a realizar manifestações simultâneas dentro de igrejas das periferias da cidade de São Paulo, nos bairros de São Miguel Paulista, Cidade Dutra e Brasilândia. O tom destes atos era francamente politizado, com palavras de ordem que iam contra o alto custo de vida e contra a repressão. A greve metalúrgica em várias indústrias da cidade aumentava ainda mais o sentido de protesto do MCV contra a política econômica do governo, pois em grande parte o movimento era composto pelas famílias dos operários em greve. A politização crescente de 1978 aprofundou-se ainda mais em 1979, quando militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) assumiram a liderança do movimento, que ganhou outro nome, Movimento de Luta contra a Carestia.

Se a luta contra os preços era uma das pontas do movimento social, a outra ponta era a luta por melhores salários e condições de trabalho. Com essa pauta tradicional, mas de maneira inusitada e inesperada, ressurgiu o movimento operário.

Em 12 de maio de 1978, quase todas as correntes de opinião da sociedade brasileira, da direita à esquerda, se surpreenderam com a eclosão de uma greve operária em São Bernardo do Campo, quando 2 mil operários da Saab-Scania cruzaram os braços. O que seria mais uma greve localizada em uma empresa, tipo de movimento até tolerado pelos militares desde que restrito a questões puramente salariais, transformou-se em uma greve massiva, quando muitos milhares de operários de outras montadoras multinacionais também pararam. A estratégia inovadora daquela greve não passou despercebida na imprensa mais progressista da época:

Fazia dez anos, mas finalmente aconteceu. De forma espontânea, suave, tranquila como um suspiro, mas aconteceu. Não houve piquetes, comícios, panfletos, violência. Não houve pelegos. Mas apenas simples operários que iniciaram seus dias de trabalho como todos os outros [...] bateram seus cartões de ponto, cumprimentaram suas máquinas, companheiras de tanto tempo, mas não começaram a trabalhar.⁴²²

As ações políticas da classe operária, ao longo da história do Brasil e do mundo, eram signo de terror para os conservadores e luz de esperança para os revolucionários. De maneira sutil e inovadora, em uma greve nascida das articulações quase invisíveis do cotidiano da fábrica, em meio à pausa para o café e às idas ao banheiro.⁴²³ A greve do ABC de 1978, diga-se, assumia ares de confronto com o regime, driblando a Lei de Segurança Nacional, que, por sinal, seria reformada ainda naquele ano para abarcar melhor os grevistas. Sem piquetes, a repressão policial ficava momentaneamente desnordeada. Dentro das fábricas, qualquer intervenção policial colocaria em risco o patrimônio dos patrões. Autoridades civis e militares não conseguiam fazer uma leitura clara dos acontecimentos. O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, não podia intervir no sindicato, pois este não assumira, de pronto, a articulação da greve. Um coronel do II Exército foi ainda mais direto: “Repressão, como? Este é um fato absolutamente novo, greve sem violência, sem agitação. É necessário reconhecer que nesta greve não há ingerências externas. Dessa forma não se pode fazer nada”. Reféns dos manuais da Doutrina de Segurança Nacional, os militares não podiam conceber uma greve sem agitadores “comunistas” e sem aparelhos sindicais “subversivos”.⁴²⁴ Apesar da surpresa e dificuldade de enquadrar o movimento como “subversivo”, o TRT declarou a greve ilegal, o que só fez aumentar o número de grevistas, que no dia seguinte à ilegalidade beirava os 40 mil operários.

Havia mais de dez anos que os operários tinham sido alijados da vida política a fórceps pelo controle governamental dos sindicatos e pela repressão policial. A memória das greves de Osasco e Contagem em 1968 ainda povoava a mente do governo e da oposição. Naquele contexto, a repressão tinha conseguido evitar que a fagulha da guerrilha chegasse ao mundo do trabalho. Em 1978, não havia mais guerrilha, mas a luta civil pela redemocratização se ampliava, isolando o governo. Estudantes, intelectuais, profissionais liberais, enfim, a nata da classe média que, supunha-se, deveria apoiar o regime já tinha rompido com o governo. No começo de 1978, os movimentos sociais de bairro, ainda discretos,

já davam sinais de politização crescente, mas ainda não tinham ocupado a praça pública, o que fariam em breve. Quando o operariado entrou em cena, ainda que o palco também não fosse a rua, posto que a greve se confundia com a ocupação das fábricas, todos os holofotes do teatro da política se voltaram para os trabalhadores. Afinal, qualquer pessoa com algum senso crítico sabia que a “distensão” do regime não era endereçada aos operários, vistos tradicionalmente pelas elites como um grupo sem direito à participação política, a não ser como indivíduos eleitores atomizados.

Mas a greve operária do ABC, que parecia ser um raio em céu azul, era o resultado de uma massa crítica que vinha se movimentando havia algum tempo, sobretudo nos sindicatos ligados às grandes indústrias multinacionais. Com maior poder de negociação, pois reunia trabalhadores especializados que não poderiam ser substituídos de uma hora para outra, os metalúrgicos do ABC perceberam este trunfo. A base territorial do sindicato de São Bernardo compreendia 670 fábricas. Cerca de 50% da categoria trabalhava em cinco empresas automobilísticas e 75%, em fábricas com mais de quinhentos empregados.⁴²⁵

Em setembro de 1977, quando a cena social e política se agitava com o protesto estudantil, os metalúrgicos de São Bernardo lançaram a “campanha de reposição dos 34%”, índice de perdas calculado devido à manipulação das taxas de inflação em 1973. A campanha, além de expor a manipulação e o caráter antipopular do milagre econômico, marcou a volta das assembleias operárias massivas. Nos discursos sindicais construídos em torno desta campanha, surgia o tema da democracia: “Para nós, interessa muito aquela democracia que também dê liberdade aos sindicatos. Esse negócio de democracia só para políticos não dá pé, pois a gente vai continuar espremido [sic] aqui no pedaço”.⁴²⁶ A questão democrática encontrava a questão operária.

O “novo sindicalismo”, como se autodenominou à época o movimento operário nascido no ABC paulista, entrou em choque com a estrutura vertical e oficialista do sindicalismo brasileiro, herança dos tempos de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Em julho de 1978,

animados com a greve metalúrgica de maio, durante a Conferência Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, à qual os metalúrgicos do ABC eram filiados, um grupo de sindicatos questionou a estrutura sindical oficial, lançando as bases de um sindicalismo que se via como “combativo e independente”. A plataforma de reivindicações incluía a liberdade de organização, sem a rigidez imposta pela CLT, a autonomia diante dos patrões e do Ministério do Trabalho, a criação de comissões de fábrica, além das tradicionais lutas pela melhoria salarial, melhores condições de trabalho e segurança laboral e pela estabilidade no emprego.

Essa era a senha para que militantes que ainda não ocupavam a direção dos sindicatos, nas várias cidades do Brasil, se organizassem nas “oposições sindicais” particularmente fortes na região sul da cidade de São Paulo, que concentrava muitas unidades fabris de médio porte, e eram a base de apoio do sindicalismo conservador e moderado, cujo maior exemplo era Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão.

Depois de ser nomeado interventor no sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos em 1964, se tornou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, do qual só saiu em 1987.⁴²⁷ Em 1978, uma forte oposição sindical perdeu uma eleição tida como fraudada, e, percebendo os novos tempos, Joaquinzão aliou-se ao Partido Comunista Brasileiro, do qual era inimigo nos tempos do golpe, contribuindo para a pecha de “pelegos” que os sindicalistas comunistas passaram a carregar. Estes, assustados com o crescimento do sindicalismo mais à esquerda, radical e aguerrido, preferiram ceder às orientações do partido, que enfatizava a necessidade de subordinar as lutas populares às articulações parlamentares e institucionais, visando consolidar uma grande frente de oposição civil ao regime.⁴²⁸

Como símbolo do novo sindicalismo, firmava-se a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo desde 1975, Lula inicialmente não era um líder que podia ser considerado radical. Migrante nordestino, conseguiu se tornar torneiro mecânico nas indústrias Villares, onde iniciou sua militância

sindical influenciado pelo irmão, Frei Chico. Ironicamente, este era filiado ao PCB, partido no qual Lula não só nunca militou como, ao criar o PT, suscitou um verdadeiro anátema protagonizando uma das mais ruidosas dissidências à esquerda no contexto da transição. Lula era um pragmático, influenciado pelo catolicismo progressista e dotado de carisma e perspicácia política, que foi atropelado, no bom sentido, pelo bonde da história. Tornou-se nosso “herói da classe trabalhadora” ao perceber que o operariado deveria se auto-organizar em um partido novo e conduzir seu próprio destino.

Nos dois anos seguintes à mítica greve de 1978, nasceria a “República de São Bernardo”, capital do cinturão vermelho de São Paulo, para onde convergiram as esperanças de construção de uma democracia efetiva, que não apenas ficasse limitada aos direitos formais dos indivíduos, sempre importantes mas incompletos se não se traduzissem em direitos sociais e em efetiva distribuição de riqueza. Em 1978, essas palavras ainda eram difusas, compartilhadas por toda a oposição. A ideia de uma grande frente política e social da qual os operários eram coadjuvantes, mas não atores principais, animava as oposições ao regime, com exceção dos empresários que, por motivos óbvios, não viam com bons olhos os grevistas alçados a posições de destaque.

O sonho da grande frente de oposição não sobreviveria ao ano de 1979, esse outro ano da história do Brasil que ainda não acabou.

